

Na hora da virada uma espera prudente

Artistas convocam reflexão sem carga emotiva para avaliar as consequências mais imediatas das novas medidas

MARIA DO ROSÁRIO CAETANO

Depois da perplexidade inicial do meio artístico com Medida Provisória encaminhada ao Congresso, no último dia 16, pelo presidente Collor, responsável por drástico enxugamento da participação do Estado na Cultura, chegou a hora da "reflexão desapixonada". Em São Paulo, a atriz Esther Góes e a Comissão de Artistas que compõe o "Fórum Nacional de Cultura" estão mobilizados para "entender o que significam as mudanças anunciadas" e "traçar estratégia de ação, pois acaba-se com o que existe, sem deixar claro o que virá".

No Rio, os funcionários da Embrafilme passaram o dia de ontem em reunião permanente e partiram em busca de apoio, em especial no meio artístico. O cineasta Arnaldo Jabor, que semana passada defendeu, com veemência, no *Jornal de Brasília*, o apoio do Estado ao cinema, não tinha sido procurado por ninguém, nem convocado para reuniões da categoria. Mesmo assim, estava tranquilo. "Não tenho nada a dizer sobre as medidas provisórias relativas à Cultura. Primeiro tenho que conhecê-las em profundidade". Já quanto ao pacote, que Collor prefere denominar "Projeto Brasil Novo", Jabor opina: "Me parece um pacote genial. Sou a favor das medidas de enxugamento e modernização tomadas pelo Presidente".

Ao saber que, em São Paulo, os artistas iam-se reunir no Fórum de Cultura, ele observou: "Tomara que não se precipitem, nem julguem o pacote com viseiras ideológicas preestabelecidas. Este tipo de comportamento já causou muito mal à esquerda brasileira". E, confessou: "O pragmatismo competente do presidente Collor é instigante. Vamos ver o que vai propor em termos de política cultural. Nestes próximos sete dias, ele só vai olhar para a questão econômica, o que é normal. Daí, vamos ver, na próxima semana, o que tem a propor para a Cultura".

Como aguardava telefonema de produtores ingleses que vão financiar seus próximos filmes (dois episódios de uma minissérie internacional) Jabor despediu-se com um recado: "Tomara que o baixo astral cartorial não tome conta das categorias artísticas".

Em São Paulo — Como o gosto da máquina cultural brasileira está instalada no Rio, a movimentação de funcionários em São Paulo não foi significativa. Os artistas, porém, que historicamente se agrupam em entidades fortes como o Sindicato de Atores e Técnicos (ao qual pertence Esther Góes) e a Associação Paulista de Cineastas (a qual pertencem João Batista de Andrade e Chico Botelho) convocaram suas bases para reunião extraordinária do Fórum de Cultura (vale lembrar que este organismo nasceu do núcleo cultural da Frente Brasil Popular, que apoiou Lula).

Esther Góes, coordenadora do movimento, convidou o sociólogo Antônio Cândido (do PT) e Gianfrancesco Guarneri (do PSDB), entre outros partidos, para apresentarem ao Fórum, análise das medidas anunciadas pelo pacote para o setor cultural.

A atriz lembrou que a Fundação Nacional de Artes Cênicas, organismo extinto pelo pacote, "gozava de apoio e credibilidade" no meio teatral, "por discutir democraticamente a melhor forma de distribuir os escassos recursos de que dispunha".

— Aqui em São Paulo, os pequenos recursos eram canalizados para auxílio-viagem (excursão de gru-

pos) e apoio a projetos de vanguarda ou experimentais.

O que vai substituir a Fundacen? Será que basta dar fim a uma estrutura e substituí-la por outra? Será que errado é o órgão (no caso o MinC, a Embrafilme, a Fundacen) ou a forma usada para administrá-lo? Pode um país ter vigor cultural se só destina 0,04% de seu orçamento à cultura? Estas são as perguntas que Esther Góes faz questão de deixar postas para reflexão.

Prejuízos concretos — O cineasta João Batista de Andrade tem, além das preocupações com a indefinição do projeto cultural do

novo governo, preocupações imediatas. Afinal, a produção de seu novo filme (*o Caso Herzog*) foi interrompida. Equipe técnica e atores já estavam mobilizados, pois as filmagens teriam início dia 2 de abril próximo.

— Fotógrafo, cenógrafos, figurinistas e técnicos de som já estavam nas locações, elaborando os estudos finais. O elenco (Ana Beatriz Nogueira, Paulo Castelli, Carlos Verzosa, Daniel Filho, Carlos Kroeber) já estava com o roteiro decorado para começar a trabalhar. Tivemos que desmontar tudo, pois a Embrafilme era um dos vértices da produção. A

minha produtora, Raiz Filmes, faria o filme com apoio da Empresa, da TV Espanhola e do Instituto Português de Cinema. Com a sua extinção, os contratos internacionais terão que ser refeitos. Estamos estudando juridicamente a questão.

Quanto às propostas do "Projeto Brasil Novo", Batista comenta: "As mudanças são um fato consumado. O fim da Embrafilme pode ser até saudável para o cinema brasileiro. Só que é preciso saber o que o Estado fará para apoiar a indústria cinematográfica".

O cineasta está em compasso de espera. Ele quer saber o que será feito a curto prazo. Que mecanismos serão criados? Haverá adicional de bilheteria para o filme nacional? Prêmio para a exportação? Até quando ficaremos sem saber o que se processará?

"Nem uma palha" — O cineasta Chico Botelho, autor dos longas "Janete" e "Cidade Oculta", que contaram com apoio da Embrafilme, avisa que "os cineastas paulistas não vão mover uma palha em defesa da Empresa". E justifica: "Trata-se de estrutura falida que, historicamente, pouco ajudou a produção em São Paulo".

Pronto a participar da reunião extraordinária do Fórum, Chico Botelho consumiu o dia de ontem estudando, minuciosamente, cada artigo e alínea do novo pacote. Sua primeira preocupação vem do fato de que "a palavra produção desapareceu do texto".

— Ela só aparece quando se fala (como no artigo 29) em "difundir a produção artística brasileira através de apoio e estímulo à realização de festivais...". Defendo a participação do Estado no apoio à indústria cinematográfica. Isto acontece em praticamente todos os países do mundo.

O que virá, pós-extinção da Embrafilme, é o que preocupa Chico Botelho. "Ouvimos dizer", comenta, "que se pensa na criação de uma carteira de financiamento, do tipo da Finep (organismo ligado ao MEC, que promove pesquisas científicas). Se isto acontecer, poderá ser interessante".

O texto da "Medida Provisória" traz, ainda, duas preocupações a Botelho: "Não me parece claro o que fará o INAC — Instituto Nacional de Atividades Culturais. Faltou detalhamento de seu perfil. E mais: que destino terão os impostos oriundos da indústria cinematográfica (o ingresso padronizado, Lei 862, e a taxação por título estrangeiro, Lei 1900)? O texto da Medida Provisória fala apenas em acompanhar o recolhimento das receitas institucionais tratadas pelos Decretos-leis 862 e 1900. Haverá empenho político para que tais recursos sejam reinvestidos na indústria cinematográfica nacional?"

Estas e outras questões serão discutidas em reunião extraordinária da Apaci, marcada para hoje. Os paulistas, ao contrário dos cariocas, gostam de tomar decisões colegiadas.